6 NOV 1987

Sinais da crise de Estado

ESTADO DE SÃO PAULO

militar

(Cont. p. 3)

Os efetivos das Polícias Militares de todas as unidades federadas do País agregaram mais uma tarefa além das que já cumprem por disposições rotineiras ou regimentais: os seus quadros, de alto a baixo da hierarquia, estão empenhados em ampla campanha de coleta de assinaturas para um documento com o qual pretendem convencer os constituintes a alterar o parágrafo do "Cabral II" que define as funções da própria PM e da Polícia Civil. A grande preocupação dos policiais fardados está em uma única palavra do parágrafo 2º do Artigo 162 do Substitutivo: *preventiva*. Segundo o tenente-coronel Júlio Bono, chefe da 5ª EM/PM de São Paulo, mantido tais termos redacionais para o parágrafo supracitado, os policiais militares sairão das ruas, transferindo-se para a Polícia Civil o planejamento das ações preventivas. O preocupado tenente-coronel Bono ressalta os motivos das aflições de seus pares: "Quem tem o planejamento tem o poder".

Para impedir que a palavra preocupante permaneça no parágrafo 2º, as PMs de todo o Brasil foram à rua. Aproveitando o meio expediente a que têm direito, os policiais fardados, sem qualquer distinção de seus postos, montaram barraquinhas, bancas visando coletar 1,5 milhão de assinaturas — evidentemente contra a malfadada palavra — só no Estado de São Paulo. Quando se chega a este ponto — e aqui não estamos emitindo qualquer juízo de valor sobre as pretensões das PMs — podemos começar a pôr em dúvida o funcionamento orgânico da máquina do aparelho de Estado no Brasil. Dividimos com o oficial PM Bono idêntica preocupação quanto a quem exerce o poder neste país: quando funcionários públicos, sejam civis, sejam militares, vão às ruas, montam bancas para coletar assinaturas a fim de fazer pressão por esta ou aquela razão, isso é sinal — *e grave* — de que a burocracia virou uma *corporação*. E age como tal: descontrolada, autônoma e por que não dizer insubmissa.

É um fato que "todos" organizaram seus *lobbies* para fazer pressão sobre a Constituinte. Com nomes diversos, a começar das três forças que compõem as Forças Armadas, os delegados de polícia, a Polícia Federal, empresários, líderes sindicais, até mesmo a Polícia Rodoviária Federal, todos montaram as suas "assessorias parlamentares" com a função de defender benefícios, de manter o que consideravam como direito adquirido. Poder-se-ia dizer que isto é próprio da democracia. Não é, pelo menos no que tange aos burocratas. Aos funcionários do Estado cabe obedecer as leis, cumprir as mudanças legais que a ordem constituída impuser. E não discuti-las, fazer pressões contrárias ou mesmo enfrentá-las.

O caso das PMs tem histórico próprio. Desde a época da "Constituinte dos 50 notáveis", a desmilitarização das polícias militares provoca debates apaixonados. Insistimos em não discutir o mérito da questão mas sim a seqüência de preocupantes intervenções de integrantes dessa força policial, que se envolviam em acaloradas discussões. A Polícia Militar possui estrutura hierarquizada, com um centro emissor de planejamento em forma de Estado-Maior. Não é por isso que os oficiais e soldados PM deixam de ser funcionários do Estado, componentes de seus quadros burocráticos; quando escapam, ainda que parcialmente, dos controles deste Estado duas "verdades" exibem a nudez do rei: ou o Estado não mais existe, ou os seus agentes não mais o representam e simplesmente se auto-representam. Este é o caminho mais curto para que da crise de autoridade irrompa a anomia social. Quem a procura, ou seria melhor perguntar: quem a fomenta?

O que distinguia o Brasil de toda a América Latina era que o País possuía uma *idéia de Estado*, sólida, bem enraizada em sua consciência social. Era esta imagem que permitia desde a atração dos investimentos externos até os seguidos sucessos de "atitudes modernizadoras", para ficarmos com uma expressão sociológica. Essa presença de um conceito de Estado efetivo, permitiu que um observador do Império assegurasse que o Brasil era a única "república" latino-americana que conhecia. A observação era possível porque se cultivava a idéia da *res publica* principalmente entre os funcionários públicos, agentes do Estado. Todos os momentos revolucionários da era republicana nunca puseram em dúvida esse "culto", em suas paixões de mudança.

Os riscos que corre o Estado, hoje em dia, são maiores do que à primeira vista se pode entrever. Se se encarar como natural os *lobbies* da polícia militar ou da civil; se se permitir — porque ninguém pensou que era proibido — a coleta de assinaturas, o que dizer depois para os que "perderem"? Sentir-se-ão rompidos com a sociedade que os comanda e paga, ou buscarão apoio em segmentos dela para desobedecer à Constituição que será solenemente promulgada?